



Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paulo
SP - Brasil | CEP 01050-030

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO BANDES.

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79, com sede na Rua Major Quedinho, nº 90 - Bairro Consolação, Município e Comarca da Capital de São Paulo - SP, vem, mui respeitosamente apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, para requerer que o presente recurso seja julgado totalmente procedente.

Em assim não ocorrendo, a BDO requer que o presente Recurso seja convertido em Recurso Hierárquico, a fim de que sejam submetidas à apreciação superior, em consonância com o disposto no §4º do artigo 109 da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Vitória, 11 de junho de 2018.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
Paulo Sérgio Barbosa
Representante legal

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO BANDES

I - DAS RAZÕES DA EMPRESA BDO AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Das Considerações Iniciais

No dia 04 de junho de 2018, foi aberta a sessão da Concorrência nº 2018/01 cujo objeto visa à contratação de serviços técnicos especializados de Auditoria Contábil Independente, conforme bases, condições e especificações discriminadas no edital. Na oportunidade foram abertos os envelopes de habilitação, ato contínuo, a sessão foi suspensa para análise documental. Em 05 de junho de 2018, após análise documental, a Comissão declarou todas as licitantes inabilitadas.

Destarte, entende a recorrente que houve um equívoco desta d. Comissão e que, portanto, a decisão merece reparos como a seguir será apresentado.

Da Procuração apresentada

Antes de entrarmos no mérito da questão, vejamos o que versa o site www.direitodireto.com ao definir Procuração:

“A procuração é um instrumento formal e legal através do qual uma pessoa autoriza outra a agir em seu nome, ou seja, é uma formalidade jurídica que possibilita a outorga de poderes de uma pessoa (outorgante) à outra (outorgado).”

O edital da Concorrência 2018/01 no item “Credenciamento e Representação”, delimita:

“3.5. No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome do Licitante, a pessoa por ela credenciada ou seu representante legal (Anexo VI).

3.6. Os licitantes poderão se fazer representar por sócio, proprietário, dirigente ou procurador, que deverá identificar-se exibindo cédula de identidade ou documento equivalente e ainda o seguinte:

3.6.1. O Sócio, Proprietário ou Dirigente de pessoa jurídica deverá apresentar o Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. O administrador eleito em ato apartado deverá apresentar a ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

3.6.2. O procurador deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato (Procuração), conforme Anexo VI, outorgando expressos poderes para a prática de todos os atos

pertinentes ao certame em nome do Licitante. A procuração por instrumento particular deverá ter a firma reconhecida em cartório e ser entregue juntamente com o Contrato Social e suas alterações, ou com o Estatuto Social e a ata de eleição da Diretoria em exercício.

3.7. Os documentos mencionados no item 3.6 e seus subitens deverão ser entregues diretamente à Comissão de Licitações, separadamente dos envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços.

(...)

3.10. O representante legal ou procurador da licitante poderá, a qualquer tempo, ser constituído ou substituído por outro, observadas as condições deste item 3.” (Grifo e destaque nossos)

Ocorre que, ao julgar os documentos de habilitação da Concorrência 2018/01, decidiu esta d. Comissão, pela inabilitação da BDO, alegando que as declarações exigidas nos subitens 1.1 a 1.5, do Anexo II do Edital, teriam sido assinadas por sócio sem poderes de representação legal, contrariando o que determina o Edital em seu subitem 1.6, do anexo II.

Data vênia, faz-nos crer a ocorrência de um lapso desta d. Comissão, haja vista o sócio Paulo Sérgio Barbosa possuir poderes para praticar quaisquer atos ligados aos processos licitatórios dos quais participa a BDO RCS Auditores Independentes, conforme Procuração apresentada na fase de Credenciamento da Concorrência 2018/01, na página 268 do processo em epígrafe, que inclusive foi recepcionada para o credenciamento do nosso representante, o Sr. Breno Mamari Pessoa.

Na procuração que compõe a página 268 do processo e aqui anexada, fica clara a transferência de poderes do sócio administrador, Raul Corrêa da Silva, para o sócio Paulo Sérgio Barbosa, permitindo que este firme propostas de prestação de serviços e os seus respectivos contratos, assine e/ou firme cartas em geral, termos, compromissos, propostas, procurações e respectivos contratos em licitações e/ou concorrências, públicas ou privadas, assinar cartas em geral, dentre outros poderes.

Os termos utilizados como *cartas em geral, termos e compromissos* nada mais são que todo e qualquer documento apresentado para comprovação de habilitação, capacidade técnica bem como propostas de preços apresentadas em processos licitatórios, ou seja, o ato de assinar declarações que apontem qualquer compromisso perante um órgão público ou privado condiz com os poderes cedidos na procuração apresentada pela licitante BDO.

Legisla o “caput” do art. 37 da Constituição Federal/88, que enumera os princípios gerais regentes da Administração Pública:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...)” (Grifo e destaque nossos)

O artigo 3º da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 rege:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)” (Grifo nosso)

O Doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” (2014), sobre a natureza instrumental da licitação, disserta:

“A licitação não é um fim em si mesmo, mas um instrumento apropriado para o atingimento de certas finalidades. O mero cumprimento das formalidades licitatórias não satisfaz, de modo automático, os interesses protegidos pelo Direito. Portanto é incorreto transformar a licitação numa espécie de solenidade litúrgica, ignorando sua natureza teológica. A licitação é um procedimento administrativo orientado ao atingimento de certos fins. O art. 3º enumera os fins buscados pela licitação e indica os princípios jurídicos mais relevantes a que a licitação se subordina. Pode-se afirmar que o art. 3º veicula normas aplicáveis a toda e qualquer licitação.” (Grifo nosso)

Debruça-se ainda Marçal, que esclarece:

“Mas o Direito também adota uma disciplina minuciosa relativamente aos meios à disposição da autoridade administrativa para atingir os fins predeterminados. Portanto, o agente estatal não pode legitimar suas decisões mediante o argumento de que os fins buscados foram atingidos. Cabe ao aplicador buscar os fins determinados pelo Direito, mas dentro dos limites impostos normativamente quanto aos meios disponíveis.” (Grifo nosso)

Destarte, entendemos a necessidade de revisão da inabilitação da BDO, haja vista a licitante ter apresentado toda documentação de acordo com o Edital publicado. As declarações são válidas, pois foram assinadas por sócio com poderes para tal, sendo assim merecem revisão e consideração de conformidade com o edital.

III- DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que esta r. Comissão vem prestando o seu papel no presente certame, a Recorrente pede e espera, a reconsideração da decisão proferida, a fim de que a licitante BDO seja habilitada para Concorrência 2018/01 e se dê a regular continuidade do presente processo licitatório.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Vitória, 11 de junho de 2018.



BDO AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
Paulo Sérgio Barbosa
Representante Legal

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES, com sede nesta Capital, Rua Major Quedinho nº 90, 3º andar - Consolação - CEP 01050-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.276.936-0001-79, com seu Contrato Social Consolidado em 18 de Julho de 2016, devidamente registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica desta Capital sob nº 653.597, averbado a margem do registro 99.403/85 de 05/03/1985, neste ato representada nos termos do Caput da Clausula XI do contrato social supra mencionado, por seu Sócio e administrador Sr. **RAUL ANTONIO CORRÊA DA SILVA**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 1SP 079028/O-1, portador da cédula de identidade RG nº 5.218.199-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 682.555.788-20, residente e domiciliado nesta capital na Rua Campo Verde, nº 390, Jardim Paulistano, Estado de São Paulo, CEP: 01456-010, por este particular instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu procurador: **PAULO SÉRGIO BARBOSA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CRC/SP sob o nº 1SP120359/O-8, portador da cédula de identidade RG nº 13.839.885 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.740.548-16, residente e domiciliado em Santo André na Rua Tupi, nº 79, Apartamento nº 192, Vila Valparaíso, Estado de São Paulo, CEP: 09060-140; ao qual confere poderes para representar a **Outorgante e suas filiais**, podendo assinar e/ou firmar propostas de prestação de serviços e os seus respectivos contratos, assinar e/ou firmar cartas em geral, termos, compromissos, propostas, procurações e respectivos contratos em licitações e/ou concorrências, públicas ou privadas, assinar cartas em geral, desde que não sejam contrárias aos interesses da sociedade, outorgar procuração "*ad judicium et extra*", representar a sociedade ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo ainda, participar de concorrências ou licitações públicas para representar, alegar, juntar, requerer, retirar documentos, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigência, tomar ciência de despachos, apresentar habilitação jurídico-fiscal, qualificações técnicas e econômico-financeiras, formular lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, assinar proposta de preço, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar termos assim como assinar quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente certame, **podendo substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes. O presente mandato terá validade até data de 31 de dezembro de 2019 (31/12/2019).**

São Paulo, 21 de Fevereiro de 2017.

Raul Corrêa da Silva

Reconheço por semelhança a(s) 1(s) firma(s) de: **AF083128**
RAUL ANTONIO CORREA DA SILVA
XX
São Paulo, 22/2/2017 Sem valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 5,70
13171232728102 SINDICATO DOS SANTOS-8930/94

27 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
LUCIANO D. MARIA SCHMIDT - Tabelião Interino
AV. SÃO LUIZ, 4 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58010-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (83) 3344-6404 - Fax: (83) 3344-5484

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fe

Cód. Autenticação: 3142120318112000135-1; Data: 12/03/2018 11:16:44

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGP48280-15Y2;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Válder de Miranda Cavalcanti
Tribunal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/03/2018 13:33:46 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 932688

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **12/03/2019 11:23:55 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 31421203181112000135-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3937965e6519cf90fb33152bd3caadf35e54864c8e5ae734d039ce91ec2f1d5dbd85282513da4089c441926e1975898ccdd4584e09f65d14dd29ab31641c49cf

Certifica - Autoridade Certificadora

Controlada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

